

INTRODUÇÃO

A questão agrária⁵, historicamente, se constitui como uma mediação fundamental do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Sua importância pode ser demonstrada pelo volume significativo de produção teórica sobre o tema, em distintas áreas do conhecimento, e pela centralidade que ocupou na obra de alguns dos mais proeminentes cientistas sociais brasileiros, sobretudo, no passado, como veremos mais adiante. Nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, inclusive, esse assunto foi o centro do debate sociológico, político e econômico⁶.

Hoje, no entanto, a questão agrária não tem sido objeto privilegiado de reflexão, ficando em evidência somente em momentos em que suas contradições se acirram e revelam seus nexos internos e seu relacionamento com o processo geral do desenvolvimento econômico, político, social e cultural brasileiro – mesmo sendo as lutas sociais no campo as mais proeminentes do país, a exemplo da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tomando de empréstimo a metáfora de Walter

5 A questão agrária a que o autor se refere diz respeito à estrutura fundiária e às relações produtivas e de trabalho no campo brasileiro (N. E.).

6 Ver a coletânea organizada por João Pedro Stédile, sob o título *A questão agrária no Brasil*, especialmente o volume 2: *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. João Pedro Stédile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Benjamin⁷, parece que a questão agrária brasileira insiste, de quando em quando, em aparecer de surpresa, como um fantasma, desarticulando a falsa totalidade das ideias que a enterram na “consciência burguesa”, como se o desenvolvimento histórico do capital a tivesse superado.

Nas últimas três ou quatro décadas o Brasil experimentou transformações profundas no modo de funcionamento de seu capitalismo, nas funções do Estado, na morfologia das classes e no lugar ocupado na estrutura global do capital. Transformações movidas pelas novas condições de acumulação em âmbito planetário, encetadas pela drástica redução de viabilidade produtiva do capital social total – que István Mészáros (2009) chamou de crise estrutural – e pelo modo como as classes sociais vêm se movendo no terreno da luta de classes (nas suas dimensões nacional e internacional). Com isso, certas estruturas e instituições fortemente amalgamadas na formação econômico-social brasileira, antes de serem superadas, parecem ter constituído bases para novas contradições produzidas pelo desenvolvimento econômico, político e social e foram, simultaneamente, modificadas pelo curso desse processo.

Para mim, esse é o caso da questão agrária brasileira e do conjunto de contradições a ela associado, direta e indiretamente. Assim, neste trabalho, o argumento central é que as mudanças estruturais de larga monta experimentadas pelo Brasil a atualizaram. Durante a fase de ascensão do capital social total, como propôs Mészáros (2009), esse elemento condicionou o padrão de reprodução capitalista no Brasil, conformando sua

7 Acerca do conceito de História, diz Walter Benjamin: “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se a suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (BENJAMIN, 1985, p. 226).

particularidade histórica. Já na fase atual de decadência do capital (ou de crise estrutural), os condicionamentos externos e internos – que aprofundaram a posição subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho, na qualidade de plataforma de valorização financeira e produtor de *commodities* – produziram um deslocamento do lugar histórico ocupado pela questão agrária, simultaneamente, realinhando seu centro crítico.

Da especulação financeira no sistema mundial agroalimentar aos conflitos por terra e por água no Brasil; do esvaziamento populacional do campo aos novos padrões contemporâneos de biopirataria; das complexas combinações de formas de superexploração e trabalho análogo à escravidão à pobreza rural; do alto padrão de consumo de agrotóxicos à degradação social da natureza: tudo isso vem à tona cotidianamente como pistas de que a questão agrária passou a ocupar um novo lugar na conformação do padrão de desenvolvimento brasileiro. Ela já não é mais vista como obstáculo, mas como condição *sine qua non* para o progresso econômico, social, político e cultural – em que pese o significado nada civilizatório do progresso na ordem permanentemente bárbara do capital.

No passado, a questão agrária condicionou a formação econômico-nacional brasileira – o que José de Souza Martins (1999) chamou de aliança entre capital e latifúndio –, determinando uma “forma de acumulação truncada”, nos termos de Francisco de Oliveira (2003). Hoje, o padrão de acumulação centrado na especialização produtiva de *commodities* (OSORIO, 2012), sujeito à crise estrutural do capital e conduzido pela financeirização da economia global, incide diretamente na reconfiguração da questão agrária, trazendo-a, novamente, para o centro do problema do desenvolvimento nacional como uma de suas contradições mais explosivas.

Nesse sentido, metodologicamente, ele não é ponto de partida, mas de chegada, cuja investigação impõe a tarefa teórica de desvendamento dos

nexos do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo interno e externo, no qual o problema agrário se manifesta nas suas contradições, encadeando e sendo encadeado, dialeticamente, pelo padrão de reprodução capitalista brasileiro. Isso significa considerar a particularidade do desenvolvimento nacional – ou, como trataram clássicos como Gunder Frank e Florestan Fernandes, para citar alguns, o subdesenvolvimento como a forma própria do desenvolvimento brasileiro –, um desenvolvimento dependente dos países do centro do sistema do capital. Esse aspecto é importante na análise dos nexos atuais da questão agrária brasileira, uma vez que seus conjuntos de contradições ganham maior ou menor centralidade regional, a depender do modo como, no interior da formação social brasileira, o capital encontrará condições para o processo de acumulação/expansão.

Ainda como observação metodológica, é importante assinalar que esse debate esteve – e está – estreitamente vinculado à reforma agrária. A razão, a meu juízo, é bastante simples: se há evidências de um problema agrário, seu enfrentamento teórico e político só pode se dar por meio da reforma agrária, cujo conteúdo deve estar vinculado a uma concepção estratégica que responda até as últimas consequências aos desafios postos pela problemática identificada. Ou seja, é o modo como interpretamos a questão agrária, seu movimento e processualidade, além da estrutura e dinâmica de seu centro crítico e suas conexões com o desenvolvimento, que irá encaminhar a elaboração teórico-política da reforma agrária e suas vinculações com o projeto das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais exigido.

Assim, a despeito de seu conteúdo, a reforma agrária varia de acordo com a análise teórica e/ou as intervenções políticas de determinados sujeitos sociais – análise e intervenção que visam à minimização ou mesmo à superação da questão agrária. Evidentemente, existe uma relação de

determinação recíproca, embora, do ponto de vista do método, a questão agrária determine, em primeira instância, o conteúdo da reforma agrária.

Daí minha opção por tentar apreender algumas das determinações históricas fundamentais dessa questão e seus nexos com o conjunto do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo – ante a prescrição de conteúdo para uma possível reforma agrária. Procurei, então, apontar alguns aspectos que julgo mais importantes acerca do problema, sua dinâmica e lógica internas, no momento presente da formação social brasileira, marcado por seu ingresso definitivo na globalização do capital e pela crise civilizatória que recai sobre a humanidade. Nesse percurso, não abordei as lutas sociais no campo, mediação importantíssima da questão agrária, mas que demandaria uma investigação particular, em face de sua complexidade. Assim, o texto que segue tem por objetivo investigar as determinações econômicas e sociais da questão agrária hoje, a partir das modificações no padrão de desenvolvimento do Brasil, encetadas pelas novas condições de acumulação/valorização de capital, no período de sua decadência histórica.

Organizei o texto em duas partes. Na primeira, **A questão agrária no centro do desenvolvimento econômico-social brasileiro**, procuro expor algumas das contribuições dos autores demiurgos da interpretação do Brasil. Foram eles que elaboraram uma teoria sobre o país – ao abordarem sua formação moderna e os problemas associados ao seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural – e se depararam com a questão agrária como uma espécie de obstáculo histórico. Não tive o objetivo de investigar exaustivamente a teoria sociológica brasileira que abordou esse tema, mas apenas mobilizar alguns de nossos pensadores, a fim de indicar como foi abordado o assunto no momento da transição entre a fase ascendente e a descendente do sistema do capital; inclusive entre aqueles que não tiveram a questão agrária em seu programa de pesquisa, mas cuja análise os levou até ela. Assim, é certo que há muitas

ausências, sobretudo, daqueles que se dedicaram quase exclusivamente ao tema. A partir daí, busco investigar a história, apontando as transformações que julgo mais candentes do padrão de reprodução capitalista brasileiro e as modificações que a questão agrária sofre, ao mesmo tempo em que é a base para as próprias mudanças do (ou no) processo de desenvolvimento nacional.

Na segunda parte, **A explosão da questão agrária**, dedico-me a expor o que constitui o *centro crítico da questão agrária*, conforme denominei, extraído das transformações históricas analisadas na primeira parte. Trata-se de conjuntos de contradições articulados entre si, mas com legalidades relativamente autônomas, que nos permitem analisá-los internamente, em sua dinâmica própria e nas suas relações com os demais. É importante ressaltar que essas contradições analisadas não encerram o centro crítico da questão agrária, que deve ainda ser investigado em outras dimensões – como a que diz respeito às lutas sociais, já mencionada. Além disso, produzidos no curso da expansão capitalista brasileira, esses conjuntos de contradições também contribuem para dar forma a essa expansão. Ressalto que minha aproximação – quase introdutória – ao tema do desenvolvimento e da questão agrária faz deste texto um programa de pesquisa, no sentido de que ainda carece de uma maior investigação.